

AD MI NIS TRA ÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

AD MI NIS TRA ÇÃO:



2

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Administração: estudos organizacionais e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: estudos organizacionais e sociedade 2 /
Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-433-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.334211709>

1. Administração. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A construção do campo de estudos em Administração tem passado por uma crescente produção incremental de pesquisas em diferentes partes do mundo em razão das rápidas transformações da realidade social, razão pela qual o presente livro surge para ampliar os debates temáticos com um enfoque pluralístico e fundamentado na riqueza empírica da realidade de um conjunto de estudos de caso.

Esta obra, intitulada “Administração: Estudos organizacionais e sociedade 2”, apresenta uma rica agenda de análises que valorizam a riqueza empírica da realidade administrativa em sua concretude, valorizando no trabalho de campo a construção de reflexões e novos conhecimentos que podem eventualmente corroborar para o avanço das fronteiras científicas, sem um necessário comprometimento com paradigmas ou teorias de *mainstream*.

O objetivo da presente obra é analisar a realidade empírica das organizações e do desenvolvimento organizacional por meio de uma triangulação metodológica de levantamentos bibliográficos com estudos de casos que é funcional para despertar a replicação de uma reflexão crítica sobre a construção do conhecimento científico em Administração com base na análise da realidade.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e uma abordagem quali-quantitativa, este livro foi estruturado pela conjugação de uma lógica convergente no uso do método dedutivo a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Os 18 capítulos apresentados neste livro são oriundos de uma reflexão empírica construída por um conjunto de profissionais oriundos de distintas Instituições de Ensino Superior do Brasil e do exterior, corroborando assim para a expansão das fronteiras do conhecimento com base em um trabalho construído coletivamente com várias mãos e buscando difundir a pluralidade de pensamento.

Em nome de todos os pesquisadoras e pesquisadores envolvidos neste livro, comprometidos com o desenvolvimento científico dos estudos administrativos, convidamos você leitor(a) para explorar conosco, neste rico campo epistemológico, toda a riqueza empírica da nossa realidade organizacional contemporânea, pois urge a necessidade de avançarmos com análises mais abertas ao debate e à pluralidade teórico-metodológica.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ORGANISATIONAL DEVELOPMENT. A GENERAL OVERVIEW

Tulio Barrios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117091>

CAPÍTULO 2..... 17

CONSULTORIA EMPRESARIAL E MOTIVAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Diego Felipe Borges Aragão

Francisco Lucas de Sousa

Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho

Ana Maria Soares de Sousa

Marcelo Araujo de Sousa

José Santana da Rocha

Neila Pio de Moraes


Neilany Araújo de Sousa

Luzia Rodrigues de Macedo

Maysa Mayanne Moraes de Moura

Thaíla Dália de Sousa Lacerda

Davir Rodrigues dos Santos Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117092>

CAPÍTULO 3..... 28


POLÍTICAS SOCIAIS E DIFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO: MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA E NÃO FRONTEIRIÇOS

Edemar Rotta

Ivann Carlos Lago

Daniela Moraes de Lima

Neusa Rossini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117093>

CAPÍTULO 4..... 44


SOCIEDADES COOPERATIVAS PRODUCTORAS Y SU FUNCIÓN EN LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN LA CIUDAD DE MÉXICO

Ana Luz Ramos-Soto

Igor Rivera

Denise Díaz de León

Jovany Arley Sepúlveda Aguirre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117094>


CAPÍTULO 5..... 56

PRODUCTIVIDAD DE LAS TIC Y DISPARIDAD DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL EN LAS MUNICIPALIDADES PERUANAS, 2015-2019

Teófilo Lauracio Ticona

Jarol Teófilo Ramos Rojas


José Luis Morales Rocha
Mario Aurelio Coyla Zela
Solime Olga Carrión Fredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117095>

CAPÍTULO 6..... 75

O EFEITO “LAVA JATO” NO MERCADO DE CAPITAIS E NA TAXA DE CÂMBIO


Vanessa Martins Valcanover
Paulo Sérgio Ceretta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117096>

CAPÍTULO 7..... 87

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONTRIBUIÇÕES E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MARINGÁ - PR


Cibele Mantovanni
Luciano Ferreira de Lima
Juliane Sachser Angnes
Marcos Roberto Kuhl

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117097>

CAPÍTULO 8..... 100

REFLEXOS DO COVID - 19 NA RECEITA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DO PIAUÍ


Francinildo Carneiro Benicio
Anderson Lopes Nascimento
Augusta da Rocha Loures Ferraz
Cristiana Aragão Marques Correia Lima
Júlio da Silva Oliveira
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva
Gisele Leite Padilha
Ana Luiza Carvalho Medeiros Ferreira
Antônio Vinícius Oliveira Ferreira
Lennilton Viana Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117098>

CAPÍTULO 9..... 134

DESENVOLVIMENTO RENDAS PETROLIFERAS: OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO NA ESCALA LOCAL


Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato
Valdir Júnio dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117099>

CAPÍTULO 10..... 148

SOCIEDADE EM REDE: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE OS MEIS DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS

Raquel Prediger Anjos
Cleonice Alexandre Le Bourlegat

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170910>

CAPÍTULO 11..... 163

A EMPRESA JÚNIOR COMO GRANDE LABORATÓRIO PRÁTICO DO CONHECIMENTO E DA GESTÃO EMPRESARIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Brenda Avany Gomes Braga

Leandro Reis Santana

Venicius Lucas dos Santos

Willias Santos da Silva

Meire Ane Pitta da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170911>

CAPÍTULO 12..... 171

CONOCIMIENTO DE LA DIMENSIÓN SOCIOAMBIENTAL Y CONFLICTOS EN LA GESTIÓN DEL ESPACIO UNIVERSITARIO

Aloisio Ruscheinsky

Josep Trenc Esplugas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170912>

CAPÍTULO 13..... 181

LA EDUCACIÓN EN ACADEMIAS COMERCIALES EN ZACATECAS, MÉXICO: TESTIMONIOS DE SU IMPORTANCIA COMO MEDIO DE INSERCIÓN LABORAL Y MOVILIDAD SOCIAL PARA LAS MUJERES

José Roberto González Hernández

Yolanda Guadalupe González Carrillo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170913>

CAPÍTULO 14..... 196

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO FERRAMENTA PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL: UM DIAGNÓSTICO NO IFMA CAMPUS SANTA INÊS

Genilton Luis Freitas Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170914>

CAPÍTULO 15..... 212

“BATEU, LEVOU!”: ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES ESCOLARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cledinaldo Aparecido Dias

Vilma Oneide Dias

Kever Bruno Paradelo Gomes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170915>

CAPÍTULO 16..... 226

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO DAS CONTRIBUIÇÕES DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS

EM UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Michel Lopes França Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170916>


CAPÍTULO 17.....236

IMPLANTAÇÃO DE RASTREABILIDADE EM UM HOSPITAL GERAL, AVALIAÇÃO A PARTIR DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Lucicleide Maria de Azevedo Campelo

Theo Duarte da Costa

Rodrigo d'Avila Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170917>


CAPÍTULO 18.....249

MODALIDADES DE REMUNERAÇÃO MÉDICA EM AMBIENTE HOSPITALAR: NA BUSCA POR UM MODELO SUSTENTÁVEL

Eric Ettinger de Menezes Junior

Daniel Souza Ferreira Magalhães

Emerson Flamarion Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170918>

SOBRE O ORGANIZADOR.....266

ÍNDICE REMISSIVO.....267

CAPÍTULO 7

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONTRIBUIÇÕES E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MARINGÁ - PR

Data de aceite: 01/09/2021

Data de submissão: 05/07/2021

Cibele Mantovanni

Universidade Estadual do Centro-Oeste,
UNICENTRO
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/5839007489938205>

Luciano Ferreira de Lima

Universidade Estadual do Centro-Oeste,
UNICENTRO
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/7374810692623774>

Juliane Sachser Angnes

Universidade Estadual do Centro-Oeste,
UNICENTRO
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/8168143921428986>

Marcos Roberto Kuhl

Universidade Estadual do Centro-Oeste,
UNICENTRO
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/9909490529129637>

RESUMO: O objetivo deste estudo é verificar as ações sociais e contribuições do CODEM para o desenvolvimento do município de Maringá (PR), a luz da Teoria da Ação Social de Max Weber. Trata-se de uma pesquisa que utiliza a abordagem qualitativa, realizada por meio de entrevista individual em profundidade e análise de conteúdo, aplicada a atores relacionados

a sociedade civil organizada e ao CODEM. As entrevistas se propuseram a examinar, sob a ótica desses agentes, as motivações das ações que levam a atuação no Conselho, bem como as contribuições das ações realizadas para o desenvolvimento socioeconômico de Maringá. Nesse sentido, os principais resultados apontaram que os principais fatores motivadores dos agentes a desenvolverem ações no Conselho está relacionado a valores deixados pelos pioneiros, do amor pela cidade, trabalho conjunto, participativo, planejamento, sendo copilado na expressão “maringaísmo”. Em relação aos resultados, percebe-se que o envolvimento efetivo do CODEM na cidade de Maringá, vem modificando a qualidade de vida de seus moradores, pois o desenvolvimento traz consigo uma cidade melhor no âmbito social, cultural e econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho; Weber; Teoria da Ação Social; Desenvolvimento.

COUNCIL ECONOMIC DEVELOPMENT: CONTRIBUTIONS AND ACTIONS FOR REGIONAL DEVELOPMENT IN THE MARINGÁ CITY - PR

ABSTRACT: The objective of this study is to verify the social actions and contributions of CODEM to the development of the city of Maringá (PR), in the light of Max Weber's Theory of Social Action. This is a research that uses a qualitative approach, carried out through in-depth individual interviews and content analysis, applied to actors related to organized civil society and CODEM. The interviews aimed to examine, from the perspective of these agents, the motivations of

the actions that lead to acting on the Council, as well as the contributions of the actions carried out for the socioeconomic development of Maringá. In this sense, the main results showed that the main motivating factors of agents to develop actions in the Council is related to values left by the pioneers, love for the city, joint work, participatory, planning, being compiled in the expression “maringaísmo”. Regarding the results, it is clear that the effective involvement of CODEM in the city of Maringá has been changing the quality of life of its residents, as development brings with it a better city in the social, cultural and economic sphere.

KEYWORDS: Council; Weber; Social Action Theory; Development.

1 | INTRODUÇÃO

O planejamento que os gestores de um município decidem trilhar pode incentivar o desenvolvimento de uma cidade, nesse sentido, destaca-se Maringá, sendo considerada como a melhor cidade do Brasil em planejamento urbano, com mais de 400 mil habitantes, conquistou o título de melhor cidade em responsabilidade social (GRM, 2019).

Desta maneira, entender o percurso e como o CODEM (Conselho de Desenvolvimento Econômico) passou a fazer parte da história e da vida do cidadão Maringaense é percorrer e acompanhar o processo progressivo da participação cidadã, também é evidenciar que a cada dia há mais mecanismos de controle social e também da participação da sociedade, como conselhos, conferências e orçamentos participativos (SANTOS, 2016).

Desta forma, o que se pretende com este estudo é verificar as ações sociais e contribuição do CODEM para o desenvolvimento da cidade de Maringá, à luz da Teoria da Ação Social de Max Weber. Para isso será realizado o levantamento das políticas públicas municipais implementadas através das propostas do conselho e selecionar as práticas mais exitosas no âmbito do desenvolvimento regional. Logo, entender como a participação das câmaras técnicas e demais instituições do setor produtivo se inter-relacionam com as ações implementadas pelo CODEM.

Vários modelos de desenvolvimento regional foram implementados a partir de modelos e estratégias que visam reforçar e dinamizar as potencialidades locais. Isso se deve ao fato que os governos locais lidam com reformas democráticas cada vez mais frequentes e com maior descentralização, ao mesmo tempo em que transformações em grande escala acontecem de forma global, resultantes de uma liberalização do comércio, privatização e melhores telecomunicações. O significado dessas mudanças é que os cidadãos e os governos locais agora lidam, com grandes desafios, mais oportunidades, e maiores responsabilidades para trabalharem juntos com o objetivo de abordar a saúde econômica dos municípios e o sustento de seus cidadãos locais, muitos dos quais podem estar sub ou desempregados e vivendo na pobreza (UN-HABITAT, 2008).

No entanto, entender o desenvolvimento regional vai além do crescimento econômico, mas sim incluir fatores sociais, culturais, ambientais e políticos, ou seja, acompanhado da melhoria na qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002). Parte-se do pressuposto que o

desenvolvimento vai além do aumento da quantidade de bens e serviços produzidos em determinado período de tempo, ou seja, o desenvolvimento regional deve ser estudado não apenas sob a lente das inter-relações econômicas, produção e mercado, mas se deve também examiná-lo pelas intenções políticas e implicações sociais (ANGNES, *et al.* 2013).

Segundo Weber (2001), a motivação das ações dos indivíduos não está vinculada somente a estrutura das instituições ou a situação econômica, relacionando-se especialmente a ideias, crenças e valores, que são os principais facilitadores das mudanças sociais. O autor acreditava que os indivíduos eram dotados de liberdade para agir e modificar a sua realidade.

Diversos setores da sociedade tem se envolvido através do CODEM nos processos de desenvolvimento regional, sendo os atores da própria localidade que adotam estratégias a partir do potencial local existente em seu território, controlando o processo de transformação local visando aumentar o bem-estar da comunidade da qual fazem parte (XAVIER, *et al.* 2013).

Evidenciando-se que a ação social, possui como referência a expectativa de comportamento do outro ou outros, o que leva o agente a construir, a ação ideal através da adaptação dos meios aos fins (WEBER, 2001).

Nesse sentido, a questão que se deseja compreender neste estudo é: as ações sociais que o conselho desenvolve, entre o racional, meios para determinado fim e valores, são os motivadores que impulsionam seus atores a intervirem por Maringá?

Assim, desenvolver este estudo para compreender as ações desenvolvidas pelo CODEM, justifica-se devido a que o conselho vem se mostrando atuante no que refere-se ao desenvolvimento local e regional do município de Maringá, evidenciando a cidade como diferenciada no estado do Paraná.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conselhos de Desenvolvimento

De acordo com Martins (2008), os conselhos consistem em uma das formas de participação efetiva da sociedade civil e representam um espaço no qual se concretiza uma nova relação entre Estado e sociedade na gestão do aparelho público. A institucionalização dos conselhos representa a tentativa de se criar um novo vínculo entre a sociedade civil e o Estado.

Na cidade de Maringá, à procura pelo desenvolvimento socioeconômico teve seu início devido a economia do município começar a perder dinamismo, ao qual o poder público e a sociedade civil organizada no início na década de 1990, reunindo suas lideranças passam a se mobilizar, criando assim o movimento chamado “Repensando Maringá”, é nesta união de forças que se forma o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – CODEM, que foi instituído pela Lei Municipal n° 4275/96 (GRM – CODEM, 2019).

Formado por representantes de todos os setores da economia do município e com participação do poder público, o Conselho de Desenvolvimento Econômico “tem caráter deliberativo e consultivo e tendo como finalidade propor e fazer executar política de desenvolvimento econômico” (CODEM, 2019).

Em maio de 1997, o Conselho teve sua efetiva implementação, neste momento a cidade completava 50 anos, sucedendo a posse de todos seus membros, incluindo a eleição da primeira Mesa Diretora, fazendo parte da formação do Conselho, câmaras técnicas dos setores representados.

Dessa forma o CODEM passa a ser instrumento fundamental ao que compete à novas propostas e viabilização da política de desenvolvimento econômico do município, tornando-se assim modelo para outros conselhos em outras localidades do Brasil (GRM – CODEM, 2019).

2.2 Teoria da Ação Social de Weber

Ao analisar os estudos de Max Weber, o autor definia ser a tarefa da sociologia compreender pela interpretação, as ações orientadas em um determinado sentido. Assim, a ação representa o pilar das análises weberianas.

Para Weber (2000) ao que se refere a uma ação cujo sentido proposto pelo agente está relacionado ao comportamento de outros, sendo este comportamento alheio a referência para orientação de seu curso de ação.

Assim Weber (2001) ainda complementa que a ação social está relacionada a uma ação na qual o sentido sugerido pelo indivíduo ou indivíduos tem relação com o comportamento de outros, orientando-se nos mesmos, no que diz respeito ao seu desenvolvimento, sendo a relação causa e efeitos.

Desta forma, a concepção do sentido da ação social e compreensão do significado do sujeito, enfatizando de que todos os grupos sociais possuem dinâmica própria e autonomia específica, vai além das influências econômicas. O autor buscou realizar estudos de como o econômico traz influências no social, assim como também no político e religioso e, simultaneamente, como estes reagem e interagem ao econômico (WEBER, 2001).

A análise dos postulados da Teoria Ação Social denota que o foco está na subjetividade e racionalidade, pois Weber (2003) afirma que uma ação possui sentido a partir do momento que é pensada e o agente atua com reflexão. Assim, se nenhum agente consegue pensar sem a participação ou interferência do outro, a ação é social.

Para Weber (2001), toda ação social pode ser: a) racional com relação aos fins, a ação é determinada por expectativas no comportamento de objetos do mundo exterior ou de outros indivíduos, colocando-se a ênfase nessas expectativas como meios para alcançar seus próprios fins, de maneira racional; b) racional com relação a valores, a ação é determinada por critérios com embasamento em crenças, valores, explicações religiosas, de ética, em que a possibilidade de êxito não é considerada; c) afetiva, ação especialmente

relacionada a emoções, determinada por sentimentos, sendo ações emotivas; d) tradicional, ação determinada por costumes que estão presentes no cotidiano dos indivíduos.

Enfatiza-se as condições da ação social e dos vários tipos de ações possíveis, em que a ação social leva à relação social, que conduz a hábitos e costumes e se estrutura como ordem legítima, que ocorre em dois níveis: a) convenção, que existe validada pela comunidade que condena toda exclusão das normas consensuais ou costumes; e b) direito, quando a validade de determinada norma ou valor é garantida mediante coação (Weber, 2001).

3 I METODOLOGIA DE PESQUISA

O estudo constitui-se de uma abordagem qualitativa, ao qual o interesse do pesquisador não está focado em apenas quantificar um acontecimento ou quantas vezes uma variável aparece, mas sim na qualidade em que elas se manifestam (MINAYO, 1994), ou seja, compreender como as coisas acontecem.

A delimitação da pesquisa se caracteriza como estudo de caso, que segundo Goldenberg (2004) representa uma análise holística, considerando a unidade social estudada como um todo. Entretanto, “é irreal supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo. Na verdade, o pesquisador acaba se concentrando em alguns problemas específicos que lhe parecem de maior importância” (GOLDENBERG, 2004, p. 51).

Neste sentido, a pesquisa desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Primeiramente pesquisa bibliográfica, composta por materiais já publicados, artigos científicos e livros. Posteriormente a pesquisa documental, por meio de documentos aportados por entidades com representação e confiabilidade quanto ao tema em estudo, como associação comercial, prefeitura, entidades municipais da cidade relacionadas com o conselho de desenvolvimento de Maringá.

E por último, a pesquisa de Campo com procedimentos de coleta de dados por meio de entrevista individual em profundidade, com roteiro semiestruturado, realizadas pessoalmente, gravadas e transcritas posteriormente. Participaram das entrevistas um representante do CODEM, um ex-presidente do CODEM, um representante da câmara temática de educação (CODEM) e um ex-presidente da ACIM (Associação Comercial de Maringá), sendo um total de quatro entrevistados. As entrevistas ocorreram entre 26 de setembro de 2019 a 01 de novembro de 2019.

Finalizadas as entrevistas, realizou-se cuidadosamente à leitura de todos os registros realizados, a fim de organizá-los e compilar todas as informações, permitindo assim dar início à análise de conteúdo, dado que de acordo com Triviños (1987), é necessário à comunicação entre os materiais, ao qual o pesquisador não deve ater-se apenas à análise do conteúdo através dos documentos apresentados à pesquisa, ao qual, se faz necessário

adentrar-se à análise afim de descobrir e entender não apenas o que está visível e aparente, mas o que está nas entrelinhas, ou seja, o conteúdo que não está manifesto.

4 | RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Desenvolvimento Regional e o CODEM

Inicialmente devemos traçar uma diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, pois este último é um conceito mais amplo do que o crescimento.

Vasconcellos e Garcia (2008, p. 298) conceitua como:

O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação e moradia).

Conforme explanado por Souza (1993), o desenvolvimento deve ser visualizado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem, política, humana, social e econômica, onde os avanços positivos aceleram o desenvolvimento, consequentemente melhorando a renda, que impulsiona o ser humano a satisfazer suas mais diversas necessidades, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

No âmbito do desenvolvimento regional, se tem por ideal a construção de um ambiente disposto a incentivar particularidades e potencialidades de cada região, cada qual constitui-se por sua própria identidade, história, cultura, entre outros (DA SILVEIRA, 2016).

Nesse sentido, objetivos devem ser estabelecidos e buscados através de ações em prol de projetos de futuro para o desenvolvimento, o CODEM vem ao longo dos anos fazendo seu papel de guardião para que os itens supracitados sejam implementados e realizados. Tornando-se cada vez mais um meio fortalecedor na promoção do desenvolvimento regional, perfazendo com que as ações conjuntas e essencialmente os serviços públicos de grande necessidades (saneamento, transporte, educação, saúde e segurança) contribuam para a sociedade.

4.2 Entrevistados

As entrevistas foram realizadas com 4 representantes da sociedade civil organizada, no período de setembro a novembro de 2019, como expõe Figura 1.

Entrevistado	Descrição	Data Entrevista
E1	Representante do CODEM	26/09/2019
E2	Representante da Câmara Temática de Educação(CODEM)	16/10/2019
E3	Ex-presidente do CODEM	01/11/2019
E4	Ex-presidente da ACIM (Associação Comercial de Maringá)	01/11/2019

Legenda: E = Entrevistados.

Figura 1 - Entrevistados.

Fonte: Elaboração Própria.

A partir das entrevistas realizadas, como técnica para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo, foi realizada a definição das categorias, de acordo com a diferenciação dos elementos e realizado o reagrupamento em subcategorias. Através desse procedimento identificou-se as ideias, sentenças e expressões, que levavam para esse fim, considerando o grau de relevância com o tema e a frequência com que apareciam nas respostas dos agentes do CODEM e dos atores das instituições participantes entrevistadas, de acordo com a Figura 2.

Categorias	Subcategorias
Motivações	Valores compartilhados; "Maringaísmo"; Voluntariado; Participação; Planejamento; Resultados alcançados.
Contribuições	Políticas públicas; Inovação na gestão; Integração; Melhorias; Qualidade de Vida.

Figura 2 - Categorização.

Fonte: Elaboração Própria.

A partir da categorização, passa-se a realizar as análises do estudo.

4.3 Motivações

Considerando os tipos ideais de ação preconizados por Weber (2000), a pesquisa evidenciou que se destacaram: Ação racional relacionada a valores e Ação racional com relação a fins.

Abordando inicialmente a ação relacionada a valores, voltando ao conceito dado por Weber (2000), que afirma ser uma ação social que ocorre quando o “agente age de maneira inteiramente racional no que se refere a valores, desconsiderando as consequências previsíveis, agindo em conformidade com suas convicções de dever, dignidade, beleza, diretivas religiosas, piedade ou importância de uma ‘causa’ de qualquer natureza”.

Em todos os casos, a ação racional referente a valores foi mencionada, ao relatarem

como foi o processo de colonização da cidade, os entrevistados enfatizaram a importância que a mesma teve, os preceitos, o “legado” que deixou a ser seguido.

Na entrevista com (E3), ele relata que Maringá foi colonizada por ingleses, sendo escolhido em um local plano, privilegiado, no entroncamento rodoviário e ferroviário, sendo divididas as terras em mini latifúndios, pequenos lotes, possibilitando que as pessoas viessem de São Paulo e região com suas famílias para se fixarem no local.

As pessoas criaram raízes, criaram amor por isso aqui. Então desde a fundação o maringaense é “maringaista”, ele não veio aqui com um explorador, ou então aventureiro, ele trouxe sua família aqui, criou seus filhos aqui, e aqui ele cresceu, [...] e esses terrenos no meio do mato, foram vendidos a prestações a perder de vista, eles foram muito inteligentes, trazer pessoas que não tinham condições alguma, para vir aqui e ser lavrador, e crescer aqui dentro, e eles sabiam da qualidade da terra, a terra excelente para café naquela época, e as sementes de madeira também, isso fez com que Maringá criasse, isso que estou falando pra você, o voluntariado! (E3)

“Porque nós já colhemos os frutos do bom planejamento dos nossos Pioneiros né, que aqui vieram e deixaram a cidade harmoniosa, bem organizada e bem planejada.” (E1). Nesse depoimento percebe-se também a influência dos valores deixados pelos pioneiros, em que a cultura do trabalho conjunto, participativo, do planejamento, fica perceptível nas argumentações.

Indo ao encontro a Teoria da Ação Social, abordando a tipologia, observa-se também a ação racional relacionada a fins, definida por Weber (2000) como quem orienta sua ação pelos fins, meios e consequências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação as consequências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si.

As ações do CODEM são totalmente planejadas, organizadas e controladas.

[...] você ter uma cidade que se planeja, uma cidade em que todos os setores dessa sociedade estão envolvidos com objetivos que foram estabelecidos em comum né, num país como o nosso, isso é uma cereja do bolo. [...] você pensar que essa cidade é pensada coletivamente, então eu acho que isso é um ganho, ela não está na mão de um, ou de outro, na verdade todos estão em função dos objetivos que foram traçados. (E2)

A significância que (E2) relata que é conseguir ver a concretização dos esforços realizados, a importância de fazer parte de algo que vai beneficiar além de si próprio. “Então você tem aquilo lá, que aquilo é a meta, todo mundo tem que convergir pra aquilo para todos os esforços estão ali e óbvio que aí você consegue ter resultado, a gente vive em uma cidade que é bonita, que tem o IDH que é um dos maiores do Brasil.”

Percebe-se que a expressão “maringaísmo” que é tão utilizada pelos entrevistados no decorrer do estudo, vai além de um sentimento, de um valor, refere-se a busca de um resultado.

Nós chamamos de “Maringaismo”. Você ver o fruto... O meu funcionário, eu

sou Engenheiro de formação, meu pedreiro que mora lá na Zona Norte, no final, ele ter um “equipamento”, a filha dele tem escolinha, tem o posto de saúde, ele trabalha tranquilo, porque é dinheiro público, então o dinheiro público não tem que ser aplicado só na estrada da fazenda do prefeito, tem que ser aplicado na comunidade, certo? Então essa que é a ideia, então isso aí acaba te dando uma cultura de aplicação correta dos recursos públicos, essa ideia, você fiscalizar, você orientar, você colaborar, você ensinar. (E4)

Conforme destacado acima, (E4) expressa que não há como não se envolver na comunidade em que se está inserido, e ela é um todo. Assim, “se vem aqui, você vai andar 10 km pra lá da zona norte, pra zona leste, você vai ver que tem um equipamento de saúde, de lazer e de educação, sendo usado pela população, que não tem o dinheiro para pagar [...] mas ele tem um ‘equipamento’ no bairro dele, entendeu? Isso te motiva [...].” (E4)

4.4 Contribuições do CODEM

Após a análise das ações sociais desenvolvidas pelos agentes participantes do CODEM, evidenciando-se que compreendem ação racional relacionada a valores e racional com relação a fins, faz-se necessário ainda abordar o objetivo do estudo de verificar as políticas públicas municipais implementadas através das propostas do conselho e expor as práticas mais exitosas no âmbito do desenvolvimento regional.

Relatando algumas ações de políticas públicas realizadas pelo CODEM, (E1) elencou que o Conselho atuou na criação da Lei Municipal de Inovação, instituição do Conselho Municipal de Ciência Tecnologia e Inovação de Maringá e a criação do ISS Tecnológico.

Tal como detalha (E3) que o CODEM se tornou um conselho de alto nível, com a participação de uma assessoria a nível internacional a PWC, ajudando o poder público municipal no seu planejamento, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da cidade. Salienta que o Masterplan “mexe com a economia da cidade, ele cria viabilidade econômica, social e ambiental, de forma que mexe profundamente na qualidade de vida do cidadão”.

Nesse sentido também, (E3) aborda que fora dessa área desenhada, planejada, Maringá começou a se tornar uma cidade comum, sem desenho e planejamento. Então em uma das reuniões do CODEM levantou-se essa questão, nascendo a ideia do Master planejamento, representada na Figura 3.



Figura 3 - Planejamento da Cidade.

Fonte: PWC (2014, pag. 8).

Considerando especificamente a Câmara Temática de Educação, (E2) diz que é possível observar melhoria no índice de educação, em que a educação no município de Maringá, é bem avaliada, e as ações do CODEM contribuem direta ou indiretamente para que isso continue melhorando. Salienta que o mais importante, é a possibilidade de diálogo com diferentes instituições, a de possibilidade de diálogo com diferentes segmentos que estão organizados de uma forma diferente, mas que tem em comum a busca da melhoria dos serviços, dos índices de qualidade e especialmente a qualidade de vida para todos.

Finalizando, (E1) destaca que a contribuição primordial foi o engajamento entre comunidade e poder público, houve uma Inovação na gestão, que passou a ser compartilhada.

Uma das ações interessantíssima que o CODEM criou, foi educar que o gestor público tem que ter qualidade para gerir os nossos recursos, então uma educação de parceria, entre o poder público e a sociedade civil organizada, esse foi um fundamento interessante, isso nós criamos desde o início e isso foi crescendo, crescendo e hoje não tem como o gestor da cidade se isolar da sociedade civil organizada. (E4).

Ficou evidenciada nas explanações de todos os agentes participantes das ações do CODEM entrevistados, que conseguem perceber com bastante clareza as contribuições do Conselho, que isso os motiva.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta principal deste estudo foi verificar as ações sociais e contribuições do CODEM para o desenvolvimento do município de Maringá, à luz da Teoria da Ação Social

de Max Weber. Desta forma, compreender se através das ações sociais que o Conselho desenvolve, entre o racional, meios para determinado fim e valores, são os motivadores que impulsionam seus atores a intervirem por Maringá.

Assim, após a realização do estudo junto ao CODEM e as referências teóricas abordadas, foi possível concluir que as ações dos agentes do Conselho estão condizentes com os pressupostos da Teoria da Ação Social de Weber, e os objetivos do estudo foram alcançados.

Max Weber apresentava alguns condicionantes para uma ação ser considerada ação social. O estudo de caso realizado e análise da teoria, possibilitou a verificação que as ações do CODEM se adequam as características elencadas por Weber.

Constatou-se que as ações dos agentes do CODEM estão vinculadas a ação racional relacionada a valores, em que a cultura da sociedade maringaense possui traços e comportamentos deixados pelos pioneiros, em que o “legado” do trabalho conjunto, participativo, amor pela cidade e do planejamento, continua presente, sendo copilado na expressão “maringaísmo”.

Em relação a ação racional relacionada a fins, observou-se que as ações do CODEM são totalmente planejadas, organizadas e controladas, vindo de encontro aos pressupostos da Teoria. O CODEM apresenta-se como um Conselho que tem contribuído efetivamente para o planejamento das atividades, disponibilizando projetos técnicos com empresas especializadas e profissionais renomados. Nas Câmaras Técnicas, que são fóruns temáticos setoriais compostos por representantes de todas as entidades da cidade, públicas e privadas, se discutem e propõem ações em prol do desenvolvimento socioeconômico sustentável da cidade. Ocorre também o acompanhamento das atividades, sendo realizado o controle, a fim de ser observado o resultado alcançado.

Percebeu-se que o envolvimento efetivo do CODEM na cidade de Maringá, através da sociedade civil organizada e também de políticas públicas vem modificando a qualidade de vida de seus moradores, pois o desenvolvimento traz consigo uma cidade melhor no âmbito social, cultural e econômico.

Dessa forma, pode-se concluir que o CODEM representa um exemplo de Conselho de Desenvolvimento de sucesso, servindo de modelo e estímulo a outros municípios, de forma a incentivar a criação de novos Conselhos na região. Para ampliar a análise, torna-se interessante a realização de mais estudos a partir de outros olhares com mais atores envolvidos (dentre eles a população) afim de enriquecer as análises.

REFERÊNCIAS

ACIM. **Associação Comercial e Industrial de Maringá**. Disponível em: <https://www.acim.com.br>. Acesso em: Set/2019.

ANGNES, J. S; MATTOS, S. M. M; KLOZOVSKI, M. L; STURM, M. I. Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF): descrevendo as principais ações voltadas ao desenvolvimento regional a partir da perspectiva do poder público municipal. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 1165-1188, set./out. 2013.

CODEM. **Plano Maringá 2030**. Maringá, 2011.

CODEM. **Coletânea das Principais Propostas, Projetos, Ações e Contribuições do Codem ao Desenvolvimento Econômico de Maringá no Período 1997-2009**. CODEM, Maringá, 2009.

CODEM. **Maringá 2020**. Disponível em: <http://www.codem.org.br/codem/?action=maringa>. Acesso em: 20 jul.2019.

CODEM. **Suporte ao planejamento socioeconômico de Maringá 2047**: uma visão de futuro. Maringá. 2019.

DA SILVEIRA, D.C. Sociedade e cultura: do determinismo econômico ao desenvolvimento regional. Revista Espaço Acadêmico - n.180 - maio/2016 - ESPECIAL 15 ANOS - Mensal, Ano. XVI - ISSN: 1519.6186. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/29351/16549>. Acesso em: 18 nov. 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Record, 2004.

GRM. CODEM: Maringá Avança economicamente com a qualidade de vida. **A grande região de Maringá**. Disponível em: <http://www.agranderegiaoodemaringa.com.br/codem>. Acesso em: 16 Jun. 2019.

MARINGÁ (PR). **Lei Ordinária nº 4275, de 11 de setembro de 1996**. Institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM. Maringá, PR, 1996. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/1996/427/4275/lei-ordinaria-n-4275-1996-institui-o-conselho-de-desenvolvimento-economico-de-maringa-codem>. Acesso em: 14 out. 2019.

MARTINS, M. F. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público Brasília**, Abr/Jun, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, G. B. D. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, Mai/Ago, 2002.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. Análises PwC, **Estudo “Innovative city strategies for delivering sustainable competitiveness”**, abril 2014. Disponível em <http://codem.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-sint%C3%A9tica-do-estudo-socioecon%C3%B4mico-PwC.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. PwC, **Suporte ao planejamento socioeconômico de Maringá: Maringá 2047**, uma visão de futuro. Maringá, 2017. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/masterplan/masterplan.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019

SANTOS, P. R. Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 501-511, jun. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000300501&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612147073>.

SOUZA, N.J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UN-HABITAT. **Promovendo o desenvolvimento econômico local através do planejamento estratégico**. [S.l.]: Ecoplan international, inc, v. 4: O Guia de Ações, 2008. Disponível em: <https://unhabitat.org/books/promovendo-o-desenvolvimento-economico-local-atraves-do-planejamento-strategico-volume-3/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Unicamp, 2001.

WEBER, Max. **Sociologia**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

XAVIER, T. R. et al. Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 1041-1066, Ago. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9651>. Acesso em: 23 Jun. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação social 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97

Ações afirmativas 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211

Administração 18, 19, 22, 27, 31, 75, 86, 98, 99, 100, 104, 130, 131, 145, 180, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 228, 235, 236, 238, 249, 266

Adolescência 212, 213, 215, 221, 223, 224

Adolescente(s) 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Alunos com deficiência 226, 228, 229, 232, 234

Ambiente organizacional 17, 18, 21, 22, 25, 26, 27

B

Bacia de Campos 134, 138, 139, 141

Brasil 20, 21, 27, 28, 31, 34, 36, 37, 39, 41, 42, 76, 77, 79, 83, 84, 86, 88, 90, 94, 101, 102, 103, 104, 130, 131, 146, 147, 149, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 172, 176, 194, 197, 198, 199, 200, 203, 209, 210, 211, 213, 216, 218, 219, 220, 223, 224, 227, 234, 238, 247, 249, 250, 254, 258, 259, 264

C

CODEM 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Conhecimento 19, 20, 21, 79, 112, 148, 150, 151, 162, 163, 164, 165, 169, 201, 230, 240, 243, 245, 252

Consultoria 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 103, 169

Cooperativas 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 137, 258, 263, 266

Custos 134, 135, 215, 236, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 262, 263

D

Desenvolvimento 1, 17, 20, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 75, 77, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 113, 133, 134, 136, 137, 138, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 197, 201, 207, 209, 213, 215, 228, 230, 233, 234, 239, 241, 247, 266

Desigualdade social 196, 197, 198, 208, 209, 210

E

Educação empreendedora 163

Empreendedorismo 152, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169

Empresa de *facilities* 226, 230, 231, 234

Empresa Júnior 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Ensino 134, 149, 164, 165, 169, 180, 200, 205, 207, 208, 209, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 228, 229, 232, 233

Escola 197, 201, 204, 205, 207, 209, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 266

F

Fronteira 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 98, 131

Fundo público 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42

G

Gestão 19, 21, 22, 27, 43, 89, 96, 100, 101, 104, 134, 136, 137, 163, 165, 169, 170, 180, 201, 204, 208, 226, 229, 231, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 266

H

Hospital 236, 237, 240, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 259, 263, 265

I

IBOVESPA 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Inclusão social 162, 197, 199, 226, 229, 234

Inovação 95, 96, 148, 150, 151, 152, 155, 159, 166, 180, 226, 229, 266

L

Local 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 89, 94, 99, 113, 120, 134, 137, 138, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 162, 179, 184, 185, 202, 203, 204, 208, 226, 227, 249

M

Médico 190, 203, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 262, 263, 264

MEI 148, 149, 150, 153, 158, 160, 161, 162

Mercado 18, 19, 20, 22, 25, 29, 32, 46, 48, 49, 57, 68, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 86, 89, 148, 149, 155, 156, 165, 166, 167, 168, 169, 197, 210, 227, 250, 253, 256, 264

Minas Gerais 42, 134, 212, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 229

Motivação 17, 18, 23, 24, 25, 26, 89, 160, 227

Municípios 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 88, 97, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 128, 130, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

N

Norte Fluminense 134, 138, 139, 140, 141, 145, 147

O

Operação Lava Jato 75, 76, 78, 79, 82, 83

Orçamento 31, 32, 104, 109, 135, 143, 145, 146, 250, 256

Organização 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 33, 34, 102, 103, 138, 150, 151, 152, 154, 206, 212, 220, 238, 246, 251, 258, 259, 264

P

Paciente 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 263

Pagamento 79, 103, 106, 139, 140, 144, 145, 249, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265

Paraná 89

Petróleo 78, 134, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147

Políticas públicas 31, 33, 40, 41, 88, 95, 97, 98, 104, 134, 135, 136, 138, 146, 147, 150, 154, 180, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 209, 210, 211, 214, 222, 228, 229, 253, 266

Políticas sociais 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 134, 135, 139

Processos 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 29, 31, 35, 89, 112, 155, 156, 162, 169, 198, 204, 205, 209, 212, 213, 236, 240, 242, 243, 247, 251

Q

Qualidade 22, 25, 32, 45, 87, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 114, 137, 151, 165, 167, 204, 207, 212, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

R

Rastreabilidade 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Rede 78, 148, 150, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 169, 197, 200, 210, 216, 226, 228, 229, 231, 233

Remuneração 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Rendas petrolíferas 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Rio Grande do Sul 28, 29, 30, 34, 41, 42, 75, 131

Royalties 57, 134, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146

S

Saúde 28, 29, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 78, 83, 86, 88, 92, 95, 101, 102, 103, 105, 110, 113,

116, 127, 131, 132, 133, 144, 197, 213, 214, 220, 222, 223, 224, 228, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Sociedade 1, 29, 31, 33, 41, 42, 44, 76, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 104, 108, 131, 136, 137, 148, 150, 164, 165, 166, 169, 198, 200, 209, 210, 222, 227, 228, 229, 234, 266

T

Taxa de câmbio 75

U

Universidade 17, 28, 75, 86, 87, 99, 130, 134, 164, 169, 196, 210, 211, 212, 216, 223, 224, 226, 249, 259, 266


V


Violência 134, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

AD MI NIS TRA ÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021

AD MI NIS TRA ÇÃO:



2

Estudos organizacionais e sociedade

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021